



**Câmara Municipal de**  
Estado de São Paulo

Fls. n.º 3

Proc. 849/98

CÂMARA MUNICIPAL  
— MOCOCA —

PROTOCOLO

Numero

Data

Rubrica

2.163

09/11/98

*[Signature]*

Projeto de Lei n.º 117 /98.

**DESPACHO**

A(s) Comissões

Justiça

Indústria

Sala das Comissões

9/11/98

1.

CIDIO ESPANHA  
PRESIDENTE

Altera o art. 26 da Lei n.º  
1.552, de 04 de Outubro de  
1.984.

FAÇO SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE  
MOCOCA, em Sessão realizada no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
1.998, aprovou Projeto de Lei de n.º \_\_\_\_\_/98, autoria do Vereador  
José Francisco Ribeiro, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - O art. 26, da lei n.º 1.552, de 04 de  
Outubro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 26 - Os proprietários de terrenos urbanos  
são obrigados a limpá-los e construir o passeio público, dentro dos  
prazos fixados e conforme as normas determinadas pela Prefeitura.

.....

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 09 de Novembro de 1.998.

*[Signature]*  
JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO  
Vereador



# Câmara Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Fls. n.º 3

Proc. 849 98

Fl - 2 -

## JUSTIFICATIVA

ADIAMENTO DE DISCUSSÃO

Do Vereador Mozure

Adiamento 1 sessão

Sala das Sessões 7 / 12 / 98

[Assinatura]

Presidente

Visa o presente Projeto de Lei suprimir do texto da Lei nº. 1.552/84, a obrigatoriedade aos munícipes, proprietários de terrenos no município de Mococa, da execução de construírem muros ou similares sobre respectivos terrenos.

Assim, a matéria ameniza as obrigações impostas pelo poder público aos contribuintes que, diante da crise do Plano Real, não suportam tantos encargos, principalmente quanto aos tributários.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 09 de Novembro de 1.998.

[Assinatura]

JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO  
Vereador

ADIAMENTO DE DISCUSSÃO

Do Vereador Ronaldo Peron

Adiamento 1 sessão

Sala das Sessões 30 / 11 / 98

[Assinatura]

Presidente





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. nº 05

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1552, DE 04 DE OUTUBRO DE 1984.

Art. 20 - Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 21 - Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 22 - A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhados ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de, no mínimo 7 (sete) metros de largura;

II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 23 - A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições do IBDF., constantes do Código Florestal Brasileiro.

Art. 24 - É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 25 - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos.

X Art. 26 - Os proprietários de terrenos urbanos, são obrigados a limpá-los, murá-los ou cercá-los, construir o passeio público, dentro dos prazos fixados e conforme as normas determinadas pela Prefeitura.

## CAPÍTULO III

### Do Bem-Estar Público

#### SEÇÃO I

#### Do Comércio e da Indústria

##### SUB-SEÇÃO I

##### Do Licenciamento

Art. 27 - Nenhum estabelecimento comercial ou inin

PROCESSO Nº.879/98

- PROJETO DE LEI Nº.120/98

Recebimento para estudo e parecer em 10 / 11 / 1998  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 24 / 11 / 1998  
Sala das Comissões Permanentes  
da Câmara Municipal de Mococa.  
Presidente  
Comissão de Justiça

Designo Relator a Comissão de Saúde e Bem-Estar  
com prazo de 7 dias vencível em 16 / 11 / 98  
Sala das Comissões  
Presidente

Recebimento para estudo e parecer em 10 / 11 / 98  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 24 / 11 / 1998  
Sala das Comissões Permanentes  
da Câmara Municipal de Mococa.  
Presidente  
Comissão de Finanças

Designo Relator a Comissão de Saúde e Bem-Estar  
com prazo de 7 dias vencível em 16 / 11 / 98  
Sala das Comissões  
Presidente

Recebimento para estudo e parecer em 10 / 11 / 98  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 24 / 11 / 1998  
Sala das Comissões Permanentes  
da Câmara Municipal de Mococa.  
Presidente  
Comissão de Obras

Designo Relator a Comissão de Saúde e Bem-Estar  
com prazo de 7 dias vencível em 16 / 11 / 98  
Sala das Comissões  
Presidente





## Câmara Municipal de Mococa

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**REFERÊNCIA** :- PROJETO DE LEI Nº.117/98

**INTERESSADO** :- JOSE FRANCISCO RIBEIRO

**RELATOR** :- NORBERTO GARIB

**ASSUNTO** :- Altera o artigo 26 da lei 1.552 de 04.10. 52 (Construção de muros e calçadas)

Como relator da matéria acima epigrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos da mesma, a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto Constitucional, Legal e Regimental, e estando meritoriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 17 de Novembro de 1998.

Relator

Norberto Garib

**APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO**

Sala das Comissões, 18 de Novembro de 1998.

Ronaldo Corraini

Marcia Rotta

*continua*



# *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

---

Mococa, 03 de Dezembro de 1.998.

P.L. nº. 023/98-COFC-CM.

do Vereador Luiz Armando Calió, da  
Comissão de Orçamento, Finanças e  
Contabilidade.

ao Exmo. Sr. Cido Espanha, DD.  
Presidente da Câmara Municipal de  
Mococa.

assunto - solicita manifestação do  
Departamento Jurídico da Prefeitura  
Municipal.

Visando subsidiar estudos acerca do  
Projeto de Lei nº. 117/98, (cópia anexa) estamos solicitando manifestação do  
Departamento Jurídico da Prefeitura, com respeito ao Projeto em tela.

AC/DC

Atenciosamente

**LUIZ ARMANDO CALIÓ**

Comissão de Orçamento, Finança e Contabilidade.



*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*  
|||

Mococa, 03 de Dezembro de 1.998.

Of. nº. 947/98-CM.

Senhor Prefeito,

Passamos às mãos de Vossa Excelência, para as devidas providências, Pedidos de Informações nºs. 022 e 023/98, dos Vereadores Ítalo Maziero Júnior e Luiz Armando Calió.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

DC

  
CIDO ESPANHA  
Presidente

Exmo. Sr.  
Dr. Walter de Souza Xavier  
DD. Prefeito Municipal  
Mococa



# *Câmara Municipal de Mococa*

*Estado de São Paulo*

**M**ococa, 03 de Dezembro de 1.998.

P.I. nº. 022/98-CCJR-CM.

do Vereador Ítalo Maziero Júnior, da  
Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação.

ao Exmo. Sr. Cido Espanha, DD.  
Presidente da Câmara Municipal de  
Mococa.

assunto - solicita manifestação do  
Departamento de Engenharia da  
Prefeitura Municipal de Mococa.

**V**isando subsidiar estudos acerca  
do Projeto de Lei nº. 117/98, (cópia anexa) solicitamos manifestação  
do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Mococa,  
com respeito ao Projeto em tela.

**A**tenciosamente

AC/DC

  
**ÍTALO MAZIERO JÚNIOR**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



À  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA  
Nesta

Senhor Italo Mazieiro Júnior - DD. Vereador,

CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA —		
PROTOCOLO		
Numero	Data	Rubrica
2.426	14/12/98	G.P.A

S/P.I. 024/98-COFC-CM de 04/12/98 - Projeto de Lei 117/98 do Vereador José Francisco Ribeiro - Em análise detalhada da Lei 1.552 de 04 de outubro de 1984, em seu conteúdo global, leva-nos a acreditar que, já àquela época, os vereadores e o então Prefeito Municipal foram muito felizes em visualizar o crescimento harmônico da cidade, preparando-a para o desenvolvimento, enfrentando os problemas que ainda hoje, necessitam de ação mais firme, efetiva, para a solução adequada.

Referimo-nos, sempre com reclamação formal ao Exmo. Prefeito Municipal, aos assuntos: rede pluvial, animais soltos pelas vias públicas, material de construção nas calçadas e nas ruas, controle de som, permissão para funcionamento de diversas atividades, meio ambiente, limpeza e conservação de terrenos baldios, etc. Tudo isso está contemplado nessa Lei.

Alterá-la, no todo ou em parte, a nosso ver, seria grande retrocesso. Primeiro, porque mantendo-a inalterada, seria o passo natural para limpeza dos terrenos e segurança dos munícipes. Segundo, por coerência com aqueles que, obedientes às convocações do Executivo, se preocuparam, incontinenti, a executar os serviços pleiteados. Basta circular pela cidade para confirmar a quantidade de terrenos murados e com calçadas prontas. O visual está mudando. Passa a imagem de cidade evoluída, que é nosso desejo.

A nosso ver, qualquer medida que privilegie a comunidade, em geral, tem respaldo da sociedade. É ela quem vai nos julgar.

O custo com a construção, que conhecemos, não extrapola o orçamento daqueles que tiveram a felicidade de adquirir um terreno. Aos detentores de mais de um, é apenas planejar a executar.

Por derradeiro, confiamos no tradicional discernimento dos nobres Vereadores de nossa Câmara, em favor da população que almeja segurança e bem estar.

Colocando-nos à sua inteira disposição para o que julgar necessário, aceite nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Associação dos Moradores do Bairro São Domingos  
Sérgio Roberto de Souza

Associação dos Moradores de Vila Naufel  
Antônio Reis Porto

Associação dos Moradores de Vila Quintino ( Parte II ) e Jardim Lavínia  
Marcos Fogarin

*Américo de  
Regato*  
DESPACHO  
Para o Expediente da  
Próxima Sessão  
CM em 14/12/98  
*[Assinatura]*  
Presidente

Mococa, 14 de dezembro de 1998

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA  
Nesta

CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA —		
PROTOCOLO		
Numero	Data	Rubrica
2.425	14/12/98	G.P.A

Senhor Aparecido Espanha - M.D. Presidente,

PROJETO DE LEI 117/98 do Vereador José Francisco Ribeiro - Anexo, estamos encaminhando a Vossa Excelência, cópia de correspondência que enviamos ao nobre Vereador Italo Mazieiro Júnior, nesta data, relativo ao assunto à epígrafe e em atenção ao Of. P.I. Nº 024/98-COFC-CM, que gentilmente nos foi remetido por aquele Vereador.

Saudações.

Associação dos Moradores do Bairro São Domingos  
Sérgio Roberto de Souza

Associação dos Moradores de Vila Naufel  
Antônio Reis Porto

Associação dos Moradores de Vila Quintino ( Parte II ) e Jardim Lavínia  
Marcos Fogarin

DESPACHO Anexos ao  
Para o Expediente da Pág. 1º  
Próxima Sessão  
CM em 14/12/98  
Presidente



À  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA  
Nesta

Senhor Italo Mazieiro Júnior - DD. Vereador,

S/P.I. 024/98-COFC-CM de 04/12/98 - Projeto de Lei 117/98 do Vereador José Francisco Ribeiro - Em análise detalhada da Lei 1.552 de 04 de outubro de 1984, em seu conteúdo global, leva-nos a acreditar que, já àquela época, os vereadores e o então Prefeito Municipal foram muito felizes em visualizar o crescimento harmônico da cidade, preparando-a para o desenvolvimento, enfrentando os problemas que ainda hoje, necessitam de ação mais firme, efetiva, para a solução adequada.

Referimo-nos, sempre com reclamação formal ao Exmo. Prefeito Municipal, aos assuntos: rede pluvial, animais soltos pelas vias públicas, material de construção nas calçadas e nas ruas, controle de som, permissão para funcionamento de diversas atividades, meio ambiente, limpeza e conservação de terrenos baldios, etc. Tudo isso está contemplado nessa Lei.

Alterá-la, no todo ou em parte, a nosso ver, seria grande retrocesso. Primeiro, porque mantendo-a inalterada, seria o passo natural para limpeza dos terrenos e segurança dos municípes. Segundo, por coerência com aqueles que, obedientes às convocações do Executivo, se preocuparam, incontinenti, a executar os serviços pleiteados. Basta circular pela cidade para confirmar a quantidade de terrenos murados e com calçadas prontas. O visual está mudando. Passa a imagem de cidade evoluída, que é nosso desejo.

A nosso ver, qualquer medida que privilegie a comunidade, em geral, tem respaldo da sociedade. É ela quem vai nos julgar.

O custo com a construção, que conhecemos, não extrapola o orçamento daqueles que tiveram a felicidade de adquirir um terreno. Aos detentores de mais de um, é apenas planejar a executar.

Por derradeiro, confiamos no tradicional discernimento dos nobres Vereadores de nossa Câmara, em favor da população que almeja segurança e bem estar.

Colocando-nos à sua inteira disposição para o que julgar necessário, aceite nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Associação dos Moradores do Bairro São Domingos  
Sérgio Roberto de Souza

Associação dos Moradores de Vila Naufel  
Antônio Reis Porto

Associação dos Moradores de Vila Quintino ( Parte II ) e Jardim Lavínia  
Marcos Fogarin

*Ameslon do Pq. Jc*  
**DESPACHO**  
Para o Expediente da  
Próxima Sessão  
CM em 14 / 12 / 98  
*Presidente*





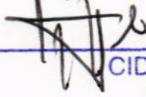
# *Câmara Municipal de Mococa*

Estado de São Paulo

*Retorno*

**A P R O V A D O**

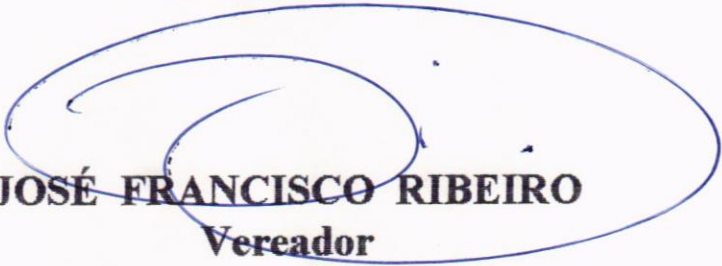
Em 14 de 12 de 1998  
Discussão por V.V.

  
CIDO ESPANHA  
Presidente

Mococa, 14 de Dezembro de 1998.

Estamos solicitando a retirada da pauta dos trabalhos o Projeto de Lei nº. 117/98, de nossa autoria, opinando pelo arquivamento do mesmo.

Atenciosamente

  
**JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO**  
Vereador



# Prefeitura Municipal de Mococa

## Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

MOCOCA, 21 de dezembro de 1998.

OF. nº 2.409/98

Senhor Presidente:

CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA —		
PROTOCOLO		
Numero	Data	Rubrica
2.492	28/12/98	<i>[Signature]</i>

Em atenção aos Pedidos de Informações nºs 022 e 023/98, dos Vereadores Italo Maziero Júnior e Luiz Armando Calió, respectivamente, solicitando manifestações dos Departamentos de Engenharia e Jurídico desta Prefeitura para subsidiar estudos acerca do Projeto de Lei nº 117/98, cumpre-nos informar o seguinte:

O parecer do Chefe da Assessoria de Planejamento é contrário à alteração na Lei proposta, pelos motivos que seguem:

1. O fechamento dos terrenos traz mais segurança ao bairro e aos pedestres.
2. O fechamento dos terrenos evita a deposição de entulhos e lixo nos mesmos.
3. O desconto hoje de 30% no IPTU para incentivar a construção de calçadas e fechamento de terrenos amortiza em pouco tempo o investimento.
4. Quem reside nos bairros, maioria absoluta, está aplaudindo a construção de calçadas e fechamento dos terrenos. A minoria de proprietários de terrenos é que reclama da lei existente.
5. Temos também de considerar o lado estético e visual de nossa cidade.
6. O fechamento dos terrenos também colaborará com a redução dos animais soltos em nossa cidade (equinos e bovinos).

Com referência à Assessoria Jurídica, a manifestação acerca do Projeto de Lei nº 117/98 é a seguinte:

*Junta-se ao  
processo  
[Signature] 28/12/98.*



OF. Nº 2.409/98

# Prefeitura Municipal de Mococa

## Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

MOCOCA, 21 de dezembro de 1998.

O projeto em questão é inconstitucional por ser de iniciativa de Vereador, quando trata-se de matéria de competência do Executivo, conforme estipula o inciso XXV do art. 63 da Lei Orgânica do Município.

Refere-se a matéria em questão sobre **zoneamento urbano** e somente o Chefe do Executivo, por força do supracitado artigo, poderá propô-la.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

DR. WALTER DE SOUZA XAVIER  
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

APARECIDO ESPANHA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa

MOCOCA - SP